



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

Aos Acionistas da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.

A Administração da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A. submete à apreciação dos seus acionistas e demais interessados o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Ambiente Macroeconômico

Após dois anos de preocupações com a pandemia da COVID-19, a sensação era de alívio no início de 2022. Contudo, com o advento da Rússia declarando guerra à Ucrânia antes do final de fevereiro, vieram também novas preocupações com a economia mundial. O evento trouxe pressão nos preços do petróleo, gás e das *commodities* agrícolas. Assim, a maior parte das economias globais passou a conviver com uma inflação crescente em 2022, ainda em decorrência da pandemia e agora agravada pelo novo advento, levando suas autoridades monetárias a praticarem aumentos sucessivos nas taxas de juros. No Brasil, não foi diferente. Enquanto na virada do ano, a taxa básica de juros estava em 9,25% a.a., ao final do exercício, ela batia 13,75% a.a. Além da política monetária, o Governo Federal implementou algumas medidas para controlar a inflação no país, a exemplo da redução das alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Com isso, o IPCA atingiu 5,79% em 2022. Ainda que o índice esteja acima do teto da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, o resultado pode ser visto como uma conquista.

Para promover o crescimento econômico, especialmente em razão das medidas de contenção da COVID-19 adotadas na China, que paralisaram parte da produção num dos principais parceiros comerciais do Brasil, o Governo Federal adotou inúmeras medidas de apoio ao setor produtivo, a exemplo do avanço na implementação de boas práticas regulatórias, em linha com os esforços para tornar o ambiente de negócios mais transparente e previsível, com maior segurança jurídica, e ações na área social, que culminaram na criação e/ou no reforço de programas existentes, a exemplo do Auxílio Brasil e do BEm-Caminhoneiro, injetando um volume expressivo de recursos na economia. Como resultado, a expectativa é que o PIB brasileiro apresente uma expansão ao redor de 3% em 2022, superando as estimativas iniciais do mercado.

O câmbio apresentou volatilidade no decorrer do ano, mas o Real saiu fortalecido, valorizando-se, frente ao dólar, mais de 6% no exercício. Já o principal índice da B3, o Ibovespa, subiu de forma modesta mas terminou no positivo, com crescimento de 4,69% no ano.

No mundo, a inflação permanece sendo o principal adversário a ser combatido, mas os alertas relacionados à Rússia e Ucrânia e à desaceleração da economia chinesa continuam ligados. No Brasil, a evolução da dívida pública preocupa os agentes econômicos, principalmente em razão das incertezas em relação ao desempenho da economia em 2023.

Desempenho Operacional

Na Autotrac, levar produtos com tecnologia de ponta ao mercado transportador norteia a rotina de trabalho da sua equipe de desenvolvimento. E, em 2022, a Companhia promoveu o lançamento de novos produtos e agregou várias funcionalidades aos produtos existentes. Assim, a Autotrac contribui para o desempenho dos seus clientes, sem deixar de estar atenta à segurança dos motoristas, veículos e cargas.

Uma das principais inovações do exercício foi a evolução da UCC – Unidade de Comunicação Celular, que passou a contar com maior capacidade de processamento, memória e um módulo celular com base em um novo protocolo de comunicação que utiliza a rede 4G e é exclusivo para aplicações M2M, propiciando agregar mais funcionalidades, além de manter a compatibilidade com as redes mais modernas de telefonia.

Ao longo do ano, a Companhia também apresentou versões dos produtos Autotrac Carreta, Autotrac Fit e Autotrac Solar com novas funcionalidades, incluindo o rastreamento por radiofrequência. A Autotrac ainda apresentou ao mercado o Autotrac Fit Satélite, destinado às empresas que operam em locais com pouca cobertura de comunicação celular, a exemplo das zonas rurais, e lançou o ADAS – *Advanced Driver Assistance System* para aumentar a segurança na condução do veículo. O produto alerta o motorista sobre a mudança de faixa sem a devida sinalização e a presença de veículos, pedestres ou obstáculos, tornando o trânsito mais seguro.

A Companhia lançou, ainda, novas versões dos aplicativos One e Mobile e agregou novas funcionalidades ao módulo de *BI - Business Intelligence* do serviço de telemetria, para deixá-lo ainda mais aderente à operação dos seus clientes.

No âmbito da Academia Autotrac de Capacitação Profissional, no decorrer de 2022, foram realizadas *lives*, com frequência, abordando temas específicos para diversas áreas, treinamentos com conteúdo institucional, encontros com formatação específica para proprietários e gestores, sempre com foco no melhor atendimento e prestação de serviços aos clientes.

Além da continuidade das auditorias voltadas para a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade com base na norma ABNT NBR ISO 9001:2015, reforçando o compromisso da Empresa com a qualidade dos processos internos e com a satisfação do cliente, o exercício foi também de continuidade do projeto de implantação de um novo sistema que compreende a Segurança da Informação com base na norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, que objetiva preservar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações.

A participação em eventos organizados por entidades do mercado de logística foi rotina ao longo do ano, a exemplo do Congresso da Federação de Transporte Rodoviário de Cargas do Estado de SP (FETCESP) e do XII Congresso Técnico Olhar Empresarial, montagem de *stands* na FTL – Feira de Transporte Intermodal e Logística do Centro Oeste, na TRANSPUESTE – Feira de Transporte e Negócios do Oeste Paranaense e na Feira dos Caminhoneiros de Itabaiana, sempre visando à divulgação dos seus produtos e serviços.

Por último, além da continuidade de realização de Workshops Comerciais, a Companhia se manteve presente nas principais redes sociais – Facebook, Instagram, YouTube e LinkedIn.

Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho da receita de prestação de serviços foi destaque em 2022, apresentando crescimento consistente e similar ao observado no exercício anterior, girando em torno de 7%. A receita proveniente da venda de equipamentos, por sua vez, refletiu o menor volume de equipamentos comercializados no ano, o que pode ser atribuído às incertezas presentes na economia brasileira, em especial decorrente do ano de eleições. Assim, a receita bruta consolidada da Autotrac atingiu R\$ 337 milhões em 2022, com um crescimento girando em torno de 2%.

Não obstante o processo inflacionário presente durante quase todo o exercício, a Companhia manteve os principais custos operacionais sob controle. Assim, o lucro consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social superou R\$ 85,6 milhões e o lucro líquido, também consolidado, alcançou R\$ 63,8 milhões, representando um aumento de, aproximadamente, 1% e 0,5%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

Foram investidos cerca de R\$ 7,3 milhões em 2022 com recursos próprios, voltados principalmente à aquisição e manutenção de ativos utilizados na operação da Companhia, em especial nas estações terrenas de comunicação, que funcionam em Brasília e Anápolis. Assim, ao final do ano, o caixa consolidado da Autotrac representava, aproximadamente, 18% de todo o passivo circulante. Da dívida onerosa total, levemente superior a R\$ 1,7 milhão, 83% estavam alocados no passivo circulante.

Reconhecimento

A Autotrac foi reconhecida como uma das dez empresas mais rentáveis do setor pelo Anuário Telecom 2022. Há mais de 30 anos, referida publicação divulga anualmente o ranking das 100 maiores empresas do mercado de telecomunicações brasileiro, de acordo com a receita líquida, seleciona as empresas Destaque do Ano em cada um dos segmentos, e divulga as campeãs em rentabilidade. A análise dos dados conta com a supervisão dos professores da FGV.

A Autotrac também recebeu o prêmio “Ranking das Telemetrias 5 Estrelas” pela melhor performance entre as empresas de tecnologia em telemetria homologadas pela Raízen – um dos maiores embarcadores de carga do país. Em cerimônia realizada no dia 29 de novembro de 2022, a Autotrac recebeu pela décima oitava vez o prêmio “Maiores & Melhores do Transporte”, na categoria “Monitoramento e Rastreamento”, com base na avaliação de nove indicadores obtidos a partir das demonstrações financeiras das empresas mais representativas do segmento: receita líquida, patrimônio líquido, lucro líquido, liquidez corrente, endividamento geral, rentabilidade da receita, retorno do patrimônio líquido, produtividade de capital e crescimento da receita. A Autotrac conquistou 80 dos 90 pontos possíveis, o que representa uma grande conquista extensiva a todos.

Recursos Humanos

Ciente de que uma empresa diferenciada é feita de grandes talentos, a Autotrac busca constantemente implementar ações para atrair e reter profissionais qualificados. Em 2022, isso não foi diferente. E a Companhia continuou privilegiando a melhoria de seus pacotes de benefícios, diretos e indiretos, desde a implementação de novos planos, a exemplo do odontológico, até a reavaliação e ampliação de benefícios existentes.

Além disso, a Companhia inovou no lançamento de programas que objetivam incentivar um estilo de vida mais saudável para os colaboradores, de forma a privilegiar a saúde e a prevenir doenças, por meio de programas como o Autotrac Fit e campanhas, a exemplo da Semana da Saúde, Outubro Rosa e Novembro Azul.

Responsabilidade Social

Em 2022, o projeto Árvore Solidária apoiou a creche Semeando Esperança, que está localizada na Estrutural. A instituição acolhe crianças com até dez anos de idade, filhas de catadores de material para reciclagem na região. O projeto Árvore Solidária viabilizou a doação de brinquedos, roupas e leite e até o apadrinhamento de crianças pelos colaboradores da Autotrac.

Perspectivas

Os desafios para a economia mundial ainda são muitos, como a inflação mais alta do que a observada em décadas, o aperto nas condições monetárias na maioria das regiões do planeta, a situação da Rússia e Ucrânia, dentre outros, gerando uma estimativa de crescimento do PIB global de apenas 2,7% em 2023.

No Brasil, a definição de um novo arcabouço fiscal é bastante aguardada, especialmente após a aprovação da PEC da Transição, a qual retirou as despesas com programas sociais do teto de gastos. Neste momento, em que o ano acaba de ser inaugurado, as projeções do mercado apontam para uma inflação superior a 5% e um crescimento do PIB inferior a 1% em 2023.

A despeito dos riscos existentes, especialmente no que tange à trajetória da dívida pública brasileira, a Companhia seguirá trabalhando com afinco, a fim de superar as adversidades e trazer, uma vez mais, resultados positivos.

Em 2022, a Autotrac apresentou crescimento na receita e no lucro, sem deixar de preservar uma sólida estrutura patrimonial e manter sua independência em relação a recursos de terceiros. Assim, registramos nossa gratidão a todos os clientes, colaboradores, fornecedores e acionistas pelo apoio e a confiança que tanto nos permitiu realizar, mesmo em um exercício com muitas adversidades, em especial decorrente das oscilações de um ano de eleições.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.804	13.887	8.996	16.876
Contas a receber de clientes	4	52.836	53.228	53.004	53.408
Estoques	5	40.044	25.117	40.231	25.492
Impostos a recuperar		617	108	617	108
Outros créditos		386	845	1.172	1.660
Total dos ativos circulantes		101.687	93.185	104.020	97.544
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber de clientes	4	5.765	4.377	5.765	4.377
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	3.325	2.136	3.325	2.136
Aplicação financeira vinculada ao financiamento de ICMS - PRO-DF		-	252	-	252
Outros créditos		6.982	3.439	6.983	3.440
Investimento em controlada	6	1.776	2.932	-	-
Imobilizado	7	61.967	66.576	62.159	66.717
Direito de Uso - Arrendamento	9	1.714	3.129	1.714	3.129
Intangível	8	23.240	24.493	23.240	24.493
Total dos ativos não circulantes		104.769	107.334	103.186	104.544
TOTAL DOS ATIVOS		206.456	200.519	207.206	202.088

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTES					
Fornecedores	10	15.060	10.943	15.071	10.949
Arrendamentos e Financiamentos	22	1.415	2.021	1.415	2.021
Obrigações fiscais	11	13.476	13.920	13.601	14.647
Salários e obrigações sociais	12	7.465	7.289	7.505	7.353
Dividendos e juros sobre capital próprio	16b	10.390	12.101	10.390	12.101
Outras obrigações		643	770	943	1.089
Total dos passivos circulantes		48.449	47.044	48.925	48.160
NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos e Financiamentos	22	299	1.714	299	1.714
Financiamento de ICMS - Pró-DF		-	257	-	257
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	2.187	1.806	2.187	1.806
Total dos passivos não circulantes		2.486	3.777	2.486	3.777
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16	70.000	70.000	70.000	70.000
Reserva de lucros		46.008	38.984	46.008	38.984
Dividendos adicionais propostos		46.496	46.642	46.496	46.642
Ajuste acumulado de conversão		(6.983)	(5.928)	(6.983)	(5.928)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		155.521	149.698	155.521	149.698
Participação de não controladores		-	-	274	453
Total do patrimônio líquido		155.521	149.698	155.795	150.151
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		206.456	200.519	207.206	202.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação



Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.
CNPJ: 40.281.347/0001-74

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
Venda de serviços	17	235.371	219.700	236.567	221.656
Venda de mercadorias		51.688	58.201	51.898	58.281
		287.059	277.901	288.465	279.937
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS					
Custo dos serviços prestados	18	(80.378)	(76.013)	(80.966)	(76.394)
Custo dos produtos vendidos	18	(58.544)	(63.282)	(58.673)	(63.408)
		(138.922)	(139.295)	(139.639)	(139.802)
LUCRO BRUTO					
Venda de serviços		154.993	143.687	155.601	145.262
Venda de mercadorias		(6.856)	(5.081)	(6.775)	(5.127)
		148.137	138.606	148.826	140.135
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(17.359)	(15.469)	(18.144)	(16.142)
Comerciais	18	(47.207)	(42.869)	(48.089)	(43.222)
Tributárias	18	(1.303)	(1.250)	(1.393)	(1.379)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(101)	669	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		3.211	4.156	3.212	4.157
		85.378	83.843	84.412	83.549
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
Receita financeira	19	1.365	1.179	2.346	2.028
Despesa financeira	19	(1.054)	(970)	(1.054)	(970)
Variações cambiais, líquidas		(57)	69	(57)	69
Resultado financeiro		254	278	1.235	1.127
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		85.632	84.121	85.647	84.676
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	13	(22.996)	(20.384)	(23.028)	(20.835)
Diferidos		1.189	(290)	1.189	(290)
		(21.807)	(20.674)	(21.839)	(21.125)
		63.825	63.447	63.808	63.551
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A					
Proprietários da controladora		63.825	63.447	63.825	63.447
Participação de não controladores		-	-	(17)	104
		63.825	63.447	63.808	63.551
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)					
		797,81	793,09		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS				
Vendas de produtos e serviços (líquida de devoluções e abatimentos)	331.733	325.256	333.187	327.335
Outras receitas	3.584	4.754	3.584	4.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(801)	(902)	(801)	(902)
	334.516	329.108	335.970	331.187
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(112.489)	(103.052)	(112.552)	(103.127)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.985)	(34.822)	(38.235)	(35.023)
Perda e recuperação de valores ativos	504	543	504	543
	(149.970)	(137.331)	(150.283)	(137.607)
VALOR ADICIONADO BRUTO	184.546	191.777	185.687	193.580
Depreciação e amortização	(14.531)	(12.684)	(14.632)	(12.727)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	170.015	179.093	171.055	180.853
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(101)	669	-	-
Receitas financeiras e variação cambial ativa	1.308	1.193	2.289	2.043
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	171.222	180.955	173.344	182.896
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Salários, encargos e benefícios	(40.193)	(36.441)	(42.077)	(37.598)
Prêmio pago aos funcionários	(3.574)	(3.514)	(3.574)	(3.514)
	(43.767)	(39.955)	(45.651)	(41.112)
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(55.318)	(56.112)	(55.463)	(56.692)
Estaduais	(1.720)	(18.680)	(1.720)	(18.680)
Municipais	(5.401)	(1.839)	(5.425)	(1.881)
	(62.439)	(76.631)	(62.608)	(77.253)
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variação cambial passiva	(1.055)	(915)	(1.055)	(915)
Aluguéis	(136)	(7)	(222)	(65)
	(1.191)	(922)	(1.277)	(980)
Remuneração de capitais próprios:				
Juros sobre o capital próprio propostos e dividendos	(17.329)	(16.805)	(17.329)	(16.805)
Lucros distribuídos	(39.472)	(40.884)	(39.472)	(40.884)
Lucros retidos e incentivos fiscais	(7.024)	(5.758)	(7.024)	(5.758)
Participação dos não controladores nos lucros retidos (somente para consolidação)	-	-	17	(104)
	(63.825)	(63.447)	(63.808)	(63.551)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(171.222)	(180.955)	(173.344)	(182.896)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto dividendos e juros sobre o capital próprio por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível à controladora	Participações de não controladores	Total
			Legal	Incentivos fiscais	Investimentos						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		70.000	14.000	2.020	17.206	45.381	(5.585)	-	143.022	402	143.424
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2020 (R\$ 0,57 por ação)		-	-	-	-	(39.623)	-	-	(39.623)	-	(39.623)
Perda de conversão de investida no exterior		-	-	-	-	-	(343)	-	(343)	(53)	(396)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	63.447	63.447	104	63.551
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva para investimento	16 e)	-	-	-	5.000	(5.000)	-	-	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais	16 d)	-	-	758	-	(758)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,08 por ação)	16 b)	-	-	-	-	-	-	(6.291)	(6.291)	-	(6.291)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,13 por ação)	16 b)	-	-	-	-	-	-	(10.514)	(10.514)	-	(10.514)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,58 por ação)	16 b)	-	-	-	-	-	-	(46.642)	-	-	-
		70.000	14.000	2.778	22.206	46.642	(5.928)	-	149.698	453	150.151
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2021 (R\$ 0,58 por ação)		-	-	-	-	(39.618)	-	-	(39.618)	-	(39.618)
Perda de conversão de investida no exterior		-	-	-	-	-	(1.055)	-	(1.055)	(162)	(1.217)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	63.825	63.825	(17)	63.808
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva para investimento		-	-	-	5.000	(5.000)	-	-	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais		-	-	2.024	-	(2.024)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,11 por ação)		-	-	-	-	-	-	(9.152)	(9.152)	-	(9.152)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,10 por ação)		-	-	-	-	-	-	(8.177)	(8.177)	-	(8.177)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,58 por ação)		-	-	-	-	-	-	(46.496)	-	-	-
		70.000	14.000	4.802	27.206	46.496	(6.983)	-	155.521	274	155.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		63.825	63.447	63.808	63.551
Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Reversão)	4	575	(7.165)	575	(7.165)
Provisão para perdas de estoques	5	504	(544)	504	(544)
Valor residual de bens do ativo imobilizado baixado	7	714	381	714	425
Ajuste a valor presente - contas a receber		846	-	846	-
Depreciação e amortização	7, 8 e 9	14.531	12.684	14.632	12.727
Provisão (reversão) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	457	346	457	346
Resultado de equivalência patrimonial	6	101	(669)	-	-
Provisão (reversão) para garantias		(127)	55	(127)	55
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(1.189)	289	(1.189)	289
		80.237	68.824	80.220	69.684
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(2.417)	(2.077)	(2.405)	(1.993)
Estoques		(16.427)	(3.685)	(16.239)	(3.604)
Outros créditos (circulante e não circulante)		(3.342)	3.241	(3.312)	3.075
Fornecedores		4.239	2.749	4.244	2.743
Obrigações fiscais		16.359	14.437	15.757	14.840
Salários e obrigações sociais		176	257	151	243
Outras obrigações		-	(1.105)	(19)	(998)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		78.825	82.642	78.397	83.990
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.804)	(14.192)	(16.804)	(14.192)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	(75)	(57)	(75)	(57)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	22	(322)	(287)	(322)	(287)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		61.624	68.105	61.196	69.454
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisições de imobilizado e intangível	7 e 8	(7.168)	(15.493)	(7.320)	(15.641)
Venda de imobilizado		75	-	75	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(7.093)	(15.493)	(7.245)	(15.641)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos:					
Pagamento de principal		(1.956)	(1.715)	(1.956)	(1.715)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(58.658)	(56.026)	(58.658)	(56.026)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(60.614)	(57.741)	(60.614)	(57.741)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	(1.217)	(396)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.083)	(5.129)	(7.880)	(4.324)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.887	19.016	16.876	21.200
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7.804	13.887	8.996	16.876
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.083)	(5.129)	(7.880)	(4.324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
Outros resultados abrangentes:					
Perda de conversão de investida no exterior					
	6	(1.055)	(343)	(1.217)	(396)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		62.770	63.104	62.591	63.155
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A					
Proprietários da controladora					
		62.770	63.104	62.753	63.208
Participação de não controladores					
		-	-	(162)	(53)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		62.770	63.104	62.591	63.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)</

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Continuidade operacional

A Companhia tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que essa possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida e se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil e abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionadas na nota explicativa nº 6. As contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada, sediada na Argentina, foram convertidas da moeda funcional da controlada ("Pesos Argentinos"), para reais - R\$ (moeda funcional da Companhia) com base nas taxas de câmbio nas datas de encerramento do exercício.

Na consolidação, é eliminada a participação da Controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, ou outras transações eventualmente efetuadas entre essas empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das referidas controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.3.1. Aplicação da norma de contabilidade e evidencição de economia altamente inflacionária.

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidencição em economia altamente inflacionária (CPC 42) passou a ser requerida.

O CPC 42 exige a divulgação dos resultados das operações da Companhia na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação). De acordo com o CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. Como consequência, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras do CPC 42 da seguinte forma:

- A norma de contabilidade e evidencição de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 do CPC 42, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foi atualizada por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados, no resultado financeiro (nota explicativa nº 18). O CPC 42 não define um índice geral de preços, porém permite que seja utilizado o julgamento. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado).
- A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda.
- A demonstração de resultado do exercício completo de 2021 das operações na Argentina foi convertida a uma taxa média de 0,05 real por peso argentino. A demonstração de resultado da Controlada em 31 de dezembro de 2022 foi convertida à taxa de fechamento nessa mesma data de 0,04 real por peso argentino. Em decorrência do pronunciamento técnico CPC 42, a Companhia calculou os impactos da conversão dos índices inflacionários e apurou que seu efeito não é material para as demonstrações financeiras visto a magnitude das contas de sua Controlada.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber de clientes

São demonstradas pelos valores faturados e não faturados de competência até as datas dos balanços, reduzidos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculada conforme critério descrito na nota explicativa nº 4, em valor considerado, pela Administração, como suficiente para atender a eventuais perdas na realização dos créditos.

2.6. Estoques

São registrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição, acrescido dos custos de importação, e os valores líquidos de realização. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos impostos incidentes e dos demais custos necessários para realização da venda.

2.7. Subvenções governamentais

Os empréstimos subsidiados, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, obtidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental para investimento, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor presente dos empréstimos calculado com base em taxas de juros de mercado.

Referido benefício é caracterizado pela Companhia como subvenção para investimento, cujo ganho é primariamente contabilizado a crédito de custos dos produtos vendidos, no resultado do exercício e, posteriormente, alocado como reserva de lucro específica, através da destinação do lucro do exercício. Essa reserva não pode ser distribuída ou repassada aos acionistas, conforme restrição constante do programa de incentivos fiscais ICMS Pró-DF e Emprega DF.

Adicionalmente, em caso de liquidação antecipada do empréstimo, o ganho financeiro efetivo referente à antecipação do pagamento é considerado como não sujeito à incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social, devido à classificação deste incentivo fiscal como subvenção para investimento.

2.8. Moeda funcional

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

Os passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para Reais com base nas taxas de câmbio oficiais nas datas dos balanços. Os ativos e passivos em Reais e sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado.

A moeda funcional da controlada *Omnitracs S.A.* é o Peso argentino, sendo que a variação cambial sobre referido investimento é registrada diretamente no patrimônio líquido na conta "reserva de conversão de moeda estrangeira".

2.9. Imobilizado

É demonstrado ao valor de custo, deduzido pela depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada período de relatório e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo imobilizado não será recuperado. Caso tais evidências sejam identificadas, é estimado o valor recuperável do ativo, o qual é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo.

2.10. Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis são compostos de direito de uso de softwares e gastos com desenvolvimento de novos projetos incorridos conforme nota explicativa nº 8, amortizáveis levando-se em consideração sua vida útil de até dez anos. A recuperação do saldo contábil é testada em decorrência de eventos ou circunstâncias que apresentam indicadores de perdas de valor.

2.11. Outros passivos circulares e não circulares

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos financeiros e as atualizações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

2.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras.

A provisão para garantia, objeto de contrato firmado entre a Companhia e seus clientes, é estimada com base na quantidade histórica de peças utilizadas em garantia, multiplicada pelo custo de aquisição de uma peça nova.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias

existentes no final de cada período de relatório entre os saldos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporariamente não tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporariamente não dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.14. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros pagos e a pagar aos acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, são registrados no resultado do período, na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses valores são revertidos da demonstração do resultado e apresentados a débito de lucros acumulados, como distribuição de dividendos.

Os dividendos somente são reconhecidos como uma obrigação e, portanto, registrados no passivo circulante quando da aprovação pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório, que é reconhecido como contas a pagar no encerramento de cada exercício social, conforme estabelecido pela Interpretação Técnica ICPC 08 (R1).

2.15. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.15.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.15.2. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização.

2.16. Arrendamento

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma substituiu o CPC 06 (R1) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactarão as demonstrações financeiras conforme segue:

a) Reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

b) Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado.

c) Separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração dos fluxos de caixa.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo CPC 06 (R2). A Companhia também adotará o expediente prático que a permite não separar componentes de não arrendamento existentes em contratos que também possuam componentes de arrendamento, e, em vez disso, contabilizá-los conjuntamente como um único componente dentro do escopo do novo pronunciamento.

Por outro lado, os requisitos para a contabilização de arrendamentos permanecem praticamente inalterados, exceto em casos de subarrendamento. Nestes, o arrendador intermediário é requerido a classificar suas operações de sublocação como arrendamentos financeiros ou operacionais tomando como referência o ativo de direito de uso decorrente do arrendamento principal, e não mais por referência ao ativo subjacente como estipulado anteriormente pela CPC 06 (R1).

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados na contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada na data de início do contrato, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Através desta metodologia a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 8,3%.
- Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma.
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso.
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

2.17. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a taxa de amortização do ativo intangível, a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e a provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis. A Companhia revisa as estimativas e premissas ao final de cada período de relatório.

2.18. Lucro por ação

Está apresentado com base no número médio ponderado de ações existentes durante o exercício. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações em circulação.

2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos, dividendos e juros sobre capital próprio assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está sendo apresentada pela Companhia como parte integrante de suas demonstrações financeiras, apesar de não ser requerida pela legislação societária, já que a referida demonstração é obrigatória somente para companhias de capital aberto. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas e serviços, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual

A Companhia entende que as alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) Combinação de Negócios não impactam suas demonstrações financeiras. As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

continua

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações à IAS 16/CPC 27Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido

A Companhia adotou as alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado pela primeira vez no exercício corrente. As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 –Estoque (CPC 16).As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

A Companhia não adotou as alterações à IAS 37/CPC 25, pois não possui contrato oneroso. As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020

A Companhia não adotou as alterações incluídas nas Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020, visto que tais normas não impactam as demonstrações financeiras da entidade. As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas. IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou *joint venture* que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de Terceiros.

IAS 41/CPC 29 – Agricultura

A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

2.22. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i> ,
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Autotrac em períodos futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Contas correntes bancárias	4.540	4.788	4.431	4.934
Aplicações financeiras	3.264	9.099	4.565	11.942
Total	7.804	13.887	8.996	16.876

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, em diversas instituições financeiras, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média de 102,1% (101,80% em 2021) da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do rendimento das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração a remuneração variável do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Órgãos públicos	531	482	531	482
Particulares	31.935	31.784	32.103	31.964
Serviços a faturar	30.519	28.302	30.519	28.302
	62.985	60.568	63.153	60.748
Ajuste a valor presente	(866)	(20)	(866)	(20)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(3.518)	(2.943)	(3.518)	(2.943)
Total	58.601	57.605	58.769	57.785
Circulante	52.836	53.228	53.004	53.408
Não circulante	5.765	4.377	5.765	4.377

As movimentações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são assim apresentadas:

			Máquinas, equipamentos e móveis		Controladora Computadores, periféricos e central HUB		Veículos e Aeronave	Equipamentos para locação	Importação em andamento	Outros	Total
Total do custo em 31/12/20	18.402	1.583	10.612	76.122	14.521	7.662	1.837	2.380	133.119		
Adições	291	-	870	5.694	1.781	2.564	2.154	334	13.688		
Baixas	-	-	(396)	(296)	-	(229)	(69)	(58)	(1.048)		
Transferências	4	-	-	4.517	-	-	(3.876)	(645)	-		
Total do custo em 31/12/21	18.697	1.583	11.086	86.037	16.302	9.997	46	2.011	145.759		
Adições	383	88	338	3.088	-	996	18	507	5.418		
Baixas	-	-	(58)	(84)	-	(860)	(61)	(164)	(1.227)		
Transferências	13	-	(10)	131	-	-	(3)	(131)	-		
Total do custo em 31/12/22	19.093	1.671	11.356	89.172	16.302	10.133	-	2.223	149.950		
Depreciação acumulada											
Total da depreciação em 31/12/20	(3.851)	(493)	(6.843)	(47.049)	(10.659)	(1.226)	-	(1.150)	(71.271)		
Adições	(745)	(155)	(585)	(4.669)	(1.467)	(835)	-	(123)	(8.579)		
Baixas	-	-	337	270	-	60	-	-	667		
Total da depreciação em 31/12/21	(4.596)	(648)	(7.091)	(51.448)	(12.126)	(2.001)	-	(1.273)	(79.183)		
Adições	(757)	(133)	(614)	(5.001)	(1.624)	(987)	-	(123)	(9.239)		
Baixas	-	-	59	85	-	272	-	23	439		
Total da depreciação em 31/12/22	(5.353)	(781)	(7.646)	(56.364)	(13.750)	(2.716)	-	(1.373)	(87.983)		
Líquido em 31/12/2021	14.101	935	3.995	34.589	4.176	7.996	46	738	66.576		
Líquido em 31/12/2022	13.740	890	3.710	32.808	2.552	7.417	-	850	61.967		

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
A vencer	50.760	53.371	50.928	53.551
Vencidas até 30 dias	6.507	2.867	6.507	2.867
Vencidas de 31 a 60 dias	756	706	756	706
Vencidas de 61 a 90 dias	517	151	517	151
Vencidas de 91 a 180 dias	518	571	518	571
Vencidas de 181 dias a 360 dias	735	381	735	381
Vencidas acima de 360 dias	3.192	2.521	3.192	2.521
Total	62.985	60.568	63.153	60.748

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 73 dias. A partir de então, são cobrados 2% de multa mais 1% ao mês de juros sobre o saldo a receber. No caso de prestação de serviços, o faturamento é realizado mensalmente aos clientes e a partir de então é concedido um prazo médio de 15 dias. A Companhia constituiu uma provisão para perda de crédito esperada baseada na sua expectativa de perdas esperadas do contas a receber. As movimentações na provisão para perda de crédito esperada foram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Saldo no início do exercício	2.943	10.108
Adições e reversões, líquidas	575	(7.165)
Saldo no fim do exercício	3.518	2.943

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Produtos acabados para revenda (*)	42.590	25.653	42.777	26.028
Estoque em trânsito	20	1.526	20	1.526
Provisão para não realização de estoque	(2.566)	(2.062)	(2.566)	(2.062)
Total	40.044	25.117	40.231	25.492

(*) Produtos para revenda estão representados pelos equipamentos de telecomunicações utilizados na operação do sistema via satélite e celular.

6. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

Apresenta a seguinte composição:

	Omnitracs S.A.	
	31/12/22	31/12/21
Percentual de participação	86,63%	86,63%
Valor do patrimônio líquido na data do balanço	2.050	3.384
Resultado do exercício	(117)	773
Valor do investimento na data do balanço	1.776	2.932
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	(101)	669

A perda de variação cambial sobre o saldo do investimento no exterior em 31 de dezembro de 2022, registrada na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”, no patrimônio líquido, foi de (R\$1.055)/(R\$ 343 em 2021).

A movimentação ocorrida no saldo de investimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 pode ser assim apresentada:

	31/12/22	31/12/21
Saldo no início do exercício	2.932	2.606
Resultado de equivalência patrimonial	(101)	669
Perda na conversão das demonstrações financeiras de investida no exterior	(1.055)	(343)
Saldo no fim do exercício	1.776	2.932
Investimento	1.776	2.932

As principais informações das demonstrações financeiras da controlada estão demonstradas a seguir:

	Omnitracs S.A.	
	31/12/22	31/12/21
Balanço patrimonial:		
Ativos circulantes	2.333	4.366
Ativos não circulantes	193	141
Passivos circulantes	(476)	(1.123)
Patrimônio líquido	(2.050)	(3.384)
Resultado:		
Receita líquida das vendas	1.405	2.036
Custo das vendas	(716)	(507)
Despesas operacionais, líquidas	(774)	(305)
Despesas com imposto de renda	(32)	(451)
Lucro líquido do exercício	(117)	773

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Controladora			Consolidado		
		31/12/22		31/12/21	31/12/22	31/12/21	
		Custo	Depreciação/ amortização	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imóveis	4	19.093	(5.353)	13.740	14.101	13.740	14.101
Máquinas e equipamentos	10	7.818	(5.598)	2.220	2.300	2.220	2.303
Móveis e utensílios	10	3.538	(2.048)	1.490	1.695	1.502	1.707
Veículos	20	75	(75)	-	1	179	125
Aeronave	10	16.227	(13.675)	2.552	4.175	2.552	4.175
Computadores	20	11.039	(9.944)	1.095	1.339	1.096	1.341
Central HUB de gerenciamento	10	78.133	(46.420)	31.713	33.250	31.713	33.250
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.671	(781)	890	935	890	935
Terminal móvel de comunicação	20	719	(719)	-	-	-	-
Equipamentos para locação	20	10.133	(2.716)	7.417	7.996	7.417	7.996
Imobilizado em andamento e outros	-	1.504	(654)	850	784	850	784
Total Imobilizado		149.950	(87.983)	61.967	66.576	62.159	66.717

continuação



Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.

CNPJ: 40.281.347/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								
	Imóveis	Benfeitorias	Máquinas, equipamentos e móveis	Computadores, periféricos e central HUB	Veículos e aeronave	Equipamentos para locação	Importações em andamento	Outros	Total
Custo									
Total do custo em 31/12/20	18.402	1.619	10.712	76.178	14.727	7.662	1.837	2.396	133.533
Adições	291	-	873	5.696	1.924	2.564	2.154	334	13.836
Baixas	-	-	(396)	(296)	(55)	(229)	(69)	(58)	(1.103)
Transferências	4	-	-	4.517	-	-	(3.876)	(645)	-
Total do custo em 31/12/21	18.697	1.619	11.189	86.095	16.596	9.997	46	2.027	146.266
Adições	383	88	341	3.089	148	996	18	507	5.570
Baixas	-	-	(58)	(84)	-	(860)	(61)	(164)	(1.227)
Transferências	13	-	(10)	131	-	-	(3)	(131)	-
Total do custo em 31/12/22	19.093	1.707	11.462	89.231	16.744	10.133	-	2.239	150.609
Depreciação acumulada									
Total da depreciação em 31/12/20	(3.851)	(529)	(6.930)	(47.104)	(10.799)	(1.226)	-	(1.166)	(71.605)
Adições	(745)	(155)	(586)	(4.670)	(1.508)	(835)	-	(123)	(8.622)
Baixas	-	-	337	270	11	60	-	-	678
Total da depreciação em 31/12/21	(4.596)	(684)	(7.179)	(51.504)	(12.296)	(2.001)	-	(1.289)	(79.549)
Adições	(757)	(133)	(620)	(5.003)	(1.717)	(987)	-	(123)	(9.340)
Baixas	-	-	59	85	-	272	-	23	439
Total da depreciação em 31/12/22	(5.353)	(817)	(7.740)	(56.422)	(14.013)	(2.716)	-	(1.389)	(88.450)
Líquido em 31/12/2021	14.101	935	4.010	34.591	4.300	7.996	46	738	66.717
Líquido em 31/12/2022	13.740	890	3.722	32.809	2.731	7.417	-	850	62.159

a) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)
A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.
b) Bens dados em garantia
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui bens dados em garantias de financiamentos ou processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado				31/12/21
	31/12/22	Amortização	Líquido		Líquido
Sistema de processamento de dados	25.087	(18.396)	6.691		6.131
Desenvolvimento de novos produtos (*)	18.528	(2.733)	15.795		17.648
Outros	777	(23)	754		714
Total	44.392	(21.152)	23.240		24.493

Os ativos intangíveis da Companhia são amortizados à taxa de 10% a 20% a.a.
(*) A Companhia investiu no desenvolvimento de novo produto o valor de R\$18.528. Em 2021 o novo produto passou a ser fabricado e comercializado pela Autotrac. A nova Antena Banda Ku, utiliza a tecnologia satelital em substituição a antena comercializada, e possibilita a geração de receita para, no mínimo, 10 anos.
As movimentações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são assim apresentadas:

	Controladora e Consolidado			31/12/21
	31/12/22	Amortização	Líquido	Líquido
Saldos no início do exercício			24.493	23.225
Adições			2.624	4.032
Amortização			(3.877)	(2.764)
Saldos no final do exercício			23.240	24.493

9. DIREITO DE USO - ARRENDAMENTO

A Composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Controladora e Consolidado					31/12/2021
	31/12/2022	Amortização	Líquido	Líquido		Líquido
Arrendamento de Imóveis	21	5.925	4.211	1.714		3.129

A movimentação dos saldos consolidados dos direitos de uso no período foi como se segue:

	Arrendamentos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.129
Amortização do período	(1.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.714

(a) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Materiais - terceiros	6.382	2.617	6.382	2.617
Serviços	6.990	6.553	7.001	6.559
Omnitracs LLC (vide nota explicativa nº 14)	1.566	1.436	1.566	1.436
Por aquisição de imobilizado	122	337	122	337
Total	15.060	10.943	15.071	10.949

O prazo médio de crédito na compra dos produtos adquiridos é de 30 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 30 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros anuais médios da ordem de 12% a.a. são cobrados sobre o saldo a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Imposto de renda e contribuição social (*)	6.906	6.192	6.906	6.192
ICMS	36	609	36	609
Impostos sobre serviços a faturar	3.433	3.184	3.433	3.184
COFINS/PIS	1.203	1.477	1.203	1.477
IRRF	1.422	1.231	1.422	1.231
Outros	476	1.227	601	1.954
Total	13.476	13.920	13.601	14.647

(*) A Controladora tem adotado o regime trimestral para apuração do imposto de renda e contribuição social, conforme facultado pela legislação fiscal. Dessa forma, os respectivos saldos desses tributos a recolher acima são relacionados à apuração dos trimestres encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.
Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 relativamente ao imposto de renda e contribuição social a recolher estão líquidos dos benefícios da Lei nº 11.196/05, conforme nota explicativa nº 13.

12. SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Salários a pagar, provisão de férias e respectivos encargos sociais	3.787	3.758	3.827	3.822
INSS e FGTS sobre folha de pagamento	997	987	997	987
Participação dos funcionários e plano individual de metas	2.681	2.544	2.681	2.544
Total	7.465	7.289	7.505	7.353

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Impostos diferidos ativos		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - parcela temporariamente indedutível	3.518	2.725
Provisão para garantia e perdas de estoque	3.209	2.830
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota nº 15)	2.187	1.806
Ajuste a valor presente sobre contas a receber longo prazo	866	20
Base de cálculo	9.780	7.381
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	3.325	2.510

Impostos diferidos passivos

Ajuste a valor presente sobre financiamento de ICMS Pró-DF (*)	-	(1.098)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	(374)
Saldo líquido - impostos diferidos ativos	3.325	2.136

(*) O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são relacionados ao saldo do ajuste a valor presente do ICMS Pró-DF. A Companhia deixou de utilizar esse benefício em 2013 e quitou o saldo em 2022.
A Lei nº 11.941/09 estabeleceu através do art. 18, a isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para os benefícios fiscais e subvenções concedidas pelo Poder Público, que se caracterizam como subvenção para investimento. Esta isenção está condicionada a não distribuição do ganho como dividendos ou reembolso aos acionistas, como também destinada sua aplicação em investimento e expansão econômica.

b) Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	85.632	84.121	85.647	84.676
Alíquota fiscal combinada, nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	29.115	28.601	29.120	28.790

Adições e (exclusões) permanentes:

Resultado de equivalência patrimonial	34	(227)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(3.112)	(2.139)	(3.112)	(2.139)
Ajuste a valor presente ICMS Pró-DF	-	(298)	-	(298)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento -Lei do Bem (*)	(2.925)	(3.487)	(2.925)	(3.487)
Outras	(1.305)	(1.776)	(1.244)	(1.741)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	21.807	20.674	21.839	21.125
Correntes	22.996	20.384	23.028	20.835
Diferidos	(1.189)	290	(1.189)	290
Alíquota efetiva	25%	25%	25%	25%

(*) Desde o exercício de 2010, a Companhia passou a se beneficiar dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei nº 11.196/05, a chamada “Lei do Bem”, direcionada para as empresas de desenvolvimento e tecnologia. O pleito efetuado pela Companhia incluiu os gastos com pesquisa e desenvolvimento incorridos a partir do exercício de 2009 e anualmente estão sendo devidamente aprovados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O impacto fiscal dos gastos com pesquisa e desenvolvimento relativos ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.925 (R\$ 3.487em 2021).

14. PARTES RELACIONADAS

	Controladora e Consolidado			
	Ativo e Passivo Circulante		Resultado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Omnitracs, LLC:				
Custo dos serviços - licença de uso de software	1.566	1.436	20.347	19.017
Total	1.566	1.436	20.347	19.017
Omnitracs:				
Saldo de contas a receber	7	7	-	-
Total	7	7	-	-

O valor correspondente à licença de uso de software no montante de R\$ 20.347 em 2022 (R\$ 19.017 em 2021), o qual está incluído no custo dos serviços prestados, é oriundo de transações efetuadas com a parte relacionada. Tal obrigação é calculada como um percentual sobre a receita de serviços de comunicação, líquida dos impostos.
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a remuneração estritamente relacionada às Diretorias operacionais foi de R\$ 1.931 apropriada no resultado nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e R\$ 985 apropriada em custo dos produtos vendidos (R\$ 1.732 e R\$ 913 em 31 de dezembro de 2021).
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, a remuneração relacionada às Diretorias comerciais, Presidência e Conselho de Administração foi no montante de R\$ 4.182 (R\$ 3.328 em 2021), os quais estão incluídos na linha “Despesas Administrativas” e “Despesas Comerciais”.
O total de remuneração dos administradores, acima mencionada, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 7.098 (R\$ 5.973 em 2021).

15. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

	Controladora e Consolidado							
	31/12/20	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/21	Adições	Reversões	Pagamentos
Provisões:								
Trabalhistas	177	206	-	(2)	381	254	-	(28)
Cíveis	74	68	(7)	(55)	80	37	-	(48)
Outros	1.266	79	-	-	1.345	166	-	-
	1.517	353	(7)	(57)	1.806	457	-	(76)

continua

continuação



Autotrak Comércio e Telecomunicações S.A.

CNPJ: 40.281.347/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos prováveis
A Companhia possui provisão para riscos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 2.187 representados principalmente por R\$ 69 destinados à cobertura de riscos de processos civis (R\$ 80 em 2021) e no valor de R\$ 607 (R\$ 381 em 2021) para cobrir riscos trabalhistas referentes a, entre outros, horas extras e equiparação salarial. O valor de R\$ 1.511 provisionado na linha "Outros" refere-se integralmente ao *"success fee"* honorários de êxito devido ao advogado pelo sucesso obtido na causa referente a classificação NCM junto a RFB, com previsão de pagamento quando ocorrer o trânsito em julgado.

Riscos possíveis
A Companhia possui, ainda, diversas ações em andamento, principalmente tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, cujos prognósticos de perda conforme estimativas da Companhia e seus consultores jurídicos são considerados possíveis, razão pela qual não requerem o registro de provisões. Em 31 de dezembro de 2022, essas ações montavam a aproximadamente R\$14.145 (R\$ 14.622 em 2021). As principais ações com esta avaliação são as seguintes:

- **IRPJ/CSLL:** Questionamento quanto à dedutibilidade de determinadas despesas com fretamento no exercício de 2007, no montante de R\$ 8.610 (R\$ 8.829 em 2021).
- **CIDE:** Questionamento quanto à compensação dos valores pagos indevidamente no período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007, não incidência legislada de forma retroativa, conforme artigos 20 e 21 da Lei nº11.452/07 no montante de R\$ 1.341 (R\$ 1.281 em 2021).
- **Trabalhistas:** A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, onde são requeridos pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade e integração de verbas na remuneração que montam a R\$ 558 (R\$ 608 em 2021).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está representado por 80.000.000 (oitenta milhões) de ações ordinárias sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, de acordo com o Estatuto Social da Companhia aprovado em Ata na 35ª (trigésima quinta) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2014.

	Percentual de participação- %
Acionistas:	
Nelson Piquet Souto Maior	75,8
OmniTracs, LLC	13,4
Emerging Markets Venture Capital, LLC	10,8
Total	100,0

As ações conferem a seus titulares os direitos, as vantagens e as restrições previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, entre os quais destacam-se os seguintes:

I) Direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de membros do Conselho de Administração.

II) Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido, com ajustes de decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências e de acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências anteriormente formadas.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio
A Companhia reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização dos Pagamentos Dividendos; ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório que é reconhecido nas demonstrações financeiras independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio nos montantes bruto de R\$ 9.152 e R\$ 6.291 e líquidos de imposto de renda, nos montantes de R\$ 7.779 e R\$ 5.348, respectivamente. Referidos montantes são considerados para fins de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Do total de juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas, R\$ 5.566 foram pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.761 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram propostos pela Administração, dividendos no montante de R\$ 54.673 (R\$ 57.156 em 2021), sendo que deste montante, R\$ 8.177 (R\$ 10.514 em 2021) referem-se ao complemento do dividendo mínimo obrigatório e R\$ 39.472 (R\$ 40.884 em 2021) referem-se a dividendos adicionais propostos, a serem aprovados pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2023.

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, de acordo com o Estatuto Social, está demonstrado abaixo:

	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	63.825	63.447
Base de cálculo dos dividendos obrigatórios	63.825	63.447
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	15.956	15.862
Juros sobre o capital próprio propostos durante o exercício, líquido de imposto de renda retido na fonte	(7.779)	(5.348)
Complemento do dividendo mínimo obrigatório	8.177	10.514
Passivo circulante:		
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	8.177	10.514
Juros sobre o capital próprio a pagar, líquido de imposto de renda retido na fonte	2.213	1.587
Dividendos a pagar (passivo circulante)	10.390	12.101

c) Reserva legal
Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 2018 o saldo da Reserva Legal está de acordo com o limite estabelecido no Art. 193 da Lei nº 6.404/76.

d) Reserva de incentivo fiscal
Por considerar como subvenção para investimentos, a Companhia adota o procedimento de excluir da base de cálculo dos dividendos, o ganho apurado no pagamento do financiamento do ICMS "Pró-DF".

Através da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2010, a Administração da Companhia ratificou a decisão de não efetuar qualquer distribuição de dividendos ou reembolso aos acionistas do referido incentivo.

e) Reserva de investimento
Aprovado através da ata da 30ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de março de 2022, a retenção de lucros no valor de R\$ 5.000, como destinação de parte do lucro do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de custear investimentos na ampliação e manutenção do ativo imobilizado e de software utilizados na operação da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Receita operacional bruta:				
Vendas de serviços	265.500	248.830	266.852	250.830
Vendas de mercadorias	70.053	79.916	70.154	79.996
	335.553	328.746	337.006	330.826
Impostos e deduções sobre vendas:				
Impostos sobre vendas de serviços	(30.129)	(29.130)	(30.176)	(29.174)
Impostos/deduções sobre vendas de mercadorias	(17.240)	(21.315)	(17.240)	(21.315)
Devoluções de mercadorias	(1.125)	(400)	(1.125)	(400)
	(48.494)	(50.845)	(48.541)	(50.889)
Receita operacional líquida:				
Vendas de serviços	235.371	219.700	236.676	221.656
Vendas de mercadorias	51.688	58.201	51.789	58.281
	287.059	277.901	288.465	279.937

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Custos e Despesas por natureza:				
Consumo de matérias-primas e materiais	42.191	48.497	42.259	48.773
Serviço de instalação	5.393	5.829	5.393	5.829
Serviço de garantia e peças de reposição	3.198	2.438	3.198	2.438
Despesas com pessoal e encargos	44.557	41.357	46.440	42.430
Depreciações e amortizações	14.531	12.684	14.632	12.727
Propaganda e publicidade	2.393	1.856	2.393	1.857
Bônus	3.057	2.911	3.057	2.911
Serviço de pós-venda	7.445	6.570	7.445	6.570
Comissões sobre vendas	8.285	9.347	8.285	9.347
Licença de uso de software	21.133	20.628	21.133	20.628
Aluguel de satélite	14.908	14.239	14.908	14.239
Serviços profissionais	9.204	8.377	9.338	8.461
Remuneração dos administradores	7.098	5.973	7.099	5.973
Despesas com aeronave (exceto deprec.)	5.748	4.279	5.748	4.279
Outras despesas	15.650	13.898	15.937	14.083
Total	204.791	198.883	207.265	200.545
Despesas por função:				
Custo dos serviços prestados	80.378	76.013	80.966	76.394
Custo dos produtos vendidos	58.544	63.282	58.673	63.408
Despesas administrativas	17.359	15.469	18.144	16.142
Despesas comerciais	47.207	42.869	48.089	43.222
Tributárias	1.303	1.250	1.393	1.379
Total	204.791	198.883	207.265	200.545

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Rendimento de aplicação financeira	704	194	1.685	1.043
Juros ativos	591	705	591	705
Descontos obtidos	70	280	70	280
Receitas financeiras	1.365	1.179	2.346	2.028
Juros sobre financiamento	(41)	(129)	(41)	(129)
Encargos arrendamentos	(322)	(297)	(322)	(297)
Descontos concedidos	(249)	(110)	(249)	(110)
Juros e multas sobre impostos	(219)	(160)	(219)	(160)
Outros	(223)	(274)	(223)	(274)
Despesas financeiras	(1.054)	(970)	(1.054)	(970)
Total do resultado financeiro, líquido	311	209	1.292	1.058

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Gestão do risco de capital
A Companhia administra seu capital para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamentos financeiros e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 22, deduzidos pelo caixa e saldos bancários) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social subscrito e integralizado, reservas, lucros acumulados e participações de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

A Companhia não possui dívida líquida em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, pois o saldo de caixa e equivalentes de caixa excede o saldo das dívidas.

b) Categorias de instrumentos financeiros
A Companhia possui instrumentos financeiros representados substancialmente por contas correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e arrendamentos financeiros, cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	7.804	13.887	8.996	16.876
Contas a receber de clientes	58.601	57.605	58.769	57.785
Aplicação financeira vinculada ao financiamento de ICMS Pró-DF	-	252	-	252
Outros créditos	7.368	4.284	8.155	5.100
	73.773	76.028	75.920	80.013
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Fornecedores	13.494	9.507	13.505	9.513
Fornecedores partes relacionadas	1.566	1.436	1.566	1.436
Arrendamentos e financiamentos	1.714	3.735	1.714	3.735
Dividendos e juros sobre capital próprio	10.390	12.101	10.390	12.101
Financiamento de ICMS Pró-DF	-	257	-	257
	27.164	27.036	27.175	27.042

Hierarquia de valor justo
A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos financeiros subsequentemente avaliados a valor justo.

c) Exposição a riscos cambiais
O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio (dólar norte-americano), devido ao fato de uma parcela significativa de seus produtos ser importada. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo de fornecedores com parte relacionada, vinculado ao dólar norte-americano, era de R\$ 1.566 e R\$ 1.436, respectivamente. Durante 2022 e 2021, a Companhia optou por não contratar nenhum instrumento de proteção para minimizar os riscos decorrentes de possíveis oscilações da taxa de câmbio.

d) Exposição a riscos de taxas de juros
A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui aplicações financeiras com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas.

e) Risco de crédito
Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 5% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual de seus clientes, para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante registro da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. No caso de contas correntes bancárias e aplicações financeiras a Administração da Companhia opera com instituições financeiras consideradas como de baixo risco pelas agências de "rating".

A Companhia não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

21. SEGUROS
A Companhia mantém seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Valor segurado	Prêmio de seguro	Vigência
Seguro compreensivo empresarial	53.000	54	29/12/2023

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Arrendamentos –CPC 06 (IFRS 16) (a)	1.714	3.129
Financiamento Bancário (b)	-	606
Total	1.714	3.735
Circulante	1.415	2.021
Não circulante	299	1.714

a) Arrendamentos– CPC 06 (IFRS 16)

Controladora e Consolidado	
31/12/22	31/12/21
Saldo inicial:	
Saldo de abertura	3.129
Adições	-
Pagamento de juros	(322)
Pagamento de principal	(1.093)
Saldo final	1.714
Circulante	1.415
Não circulante	299

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício e também não estão incluídos no passivo de arrendamento.

b) Financiamento bancário
Em 31 de dezembro de 2021 a companhia possuía financiamento bancário com o Banco do Brasil, principalmente para aquisição de materiais para aplicação nas operações. Os valores foram integralmente quitados em dezembro de 2022.

A composição e segregação do saldo de arrendamentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, controladora e consolidado, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Saldo inicial:		
Saldo de abertura	606	1.267
Adições	-	-
Pagamento de juros	-	-
Pagamento de principal	(606)	(661)
Saldo final	-	606

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Aquisição de ativo imobilizado financiado	122	337
Reconhecimento de arrendamentos (IFRS 16 / CPC 06 (R2))	-	716
Baixa do contas a receber contra a PCE	-	8.057
Transferência de estoque para imobilizado	996	2.564

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 25 de Janeiro de 2023.

continua

continuação



Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.
CNPJ: 40.281.347/0001-74

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nelson Piquet Souto Maior
Presidente

Geraldo Piquet Souto Maior
Vice-Presidente

Jorge Kersul Filho
Conselheiro Independente

DIRETORIA

Carlos Henrique Romano Cavalcanti
Diretor Presidente

Valdecy Miguel Evangelista
Diretor Vice-Presidente

Pedro Leopoldo Medeiros Duarte
Diretor Vice-Presidente

Rodrigo Piquet Souto Maior
Diretor Vice-Presidente

Fernando Araújo Mühe
Diretor

Francisco Rogério Gomes Coitinho
Diretor

Jorge Luis Severo
Diretor

José Francelino Filho
Diretor

Márcio Veloso Toscano de Oliveira
Diretor

Rosber Neves Almeida Junior
Diretor

CONTABILIDADE

José Francelino Filho
Diretor

Ana Paula das Neves Macêdo Garcia
CRC/DF 027715/O-0
Contadora

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar por não serem requeridas pela legislação societária, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda

liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Companhias ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de janeiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8

André Roberto C. Santos
Contador
CRC nº 1 SP 267883/O-0

